



O UTILITARISMO COMO MORAL DO NEOLIBERALISMO

UTILITARIANISM AS THE MORAL OF NEOLIBERALISM

Anthony Lucas Neves Azevedo¹

¹ Mestrando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: anthony.azevedo@ifch.ufpa.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7309522064943873>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4343-3622>.



RESUMO: O diálogo com a tradição utilitarista não possui papel central na obra de Nietzsche, mas está presente em vários momentos de sua reflexão. A posição nietzschiana em relação aos utilitaristas costuma ser de crítica aos seus principais pressupostos morais. Foucault, analisando o neoliberalismo, afirmou que sua moralidade é a do utilitarismo e que o sujeito emergente nas sociedades neoliberais se guia essencialmente pelo cálculo de interesse e da utilidade de uma ação. Pretende-se analisar a possibilidade de se estender a crítica nietzschiana do utilitarismo ao neoliberalismo, medindo a atualidade do seu pensamento e a sua relevância dentro do contexto em que vivemos.

Palavras-chaves: Liberalismo. Neoliberalismo. Utilitarismo. Nietzsche. Foucault.

ABSTRACT: The dialogue with the utilitarian tradition does not have a central role in Nietzsche's work, but it crosses several moments of his reflection. The Nietzschean position in relation to the utilitarians is usually critical of their main moral assumptions. Foucault, analyzing neoliberalism, stated that its morality is that of utilitarianism and that the emerging subject in neoliberal societies is guided essentially by the calculation of interest and the utility of an action. It is intended to analyze here the possibility of extending the Nietzschean critique of utilitarianism to neoliberalism, measuring the actuality of his thought and its relevance within the context in which we live.

Keywords: Liberalism. Neoliberalism. Utilitarianism. Nietzsche. Foucault.

INTRODUÇÃO²

Nietzsche foi um filósofo que não desistiu de dialogar com as principais filosofias e teorias científicas de seu tempo e, sob a ótica de sua análise histórico-psicológica, identificar nelas raízes que lhe ajudavam a realizar uma genealogia da moralidade humana. Tal método de investigação fez com que sua filosofia não fosse apenas extremamente fecunda para lançarmos novos olhares sobre a história da humanidade, mas também se tornasse uma ferramenta das mais importantes para compreendermos os eventos em que estamos inseridos, identificando sua proveniência. Graças à forma como Nietzsche conduz suas análises e críticas ao utilitarismo, seu pensamento continua relevante para tentarmos compreender um fenômeno que se consolidou muitas décadas após a sua morte, isto é, o neoliberalismo.

Nos utilizando do arcabouço teórico fornecido por Foucault, sobretudo em seu curso *O Nascimento da Biopolítica*³ investigaremos o funcionamento da governamentalidade neoliberal, para mensurarmos a importância que as teorias utilitaristas possuem dentro dessa forma de governar, o que nos abrirá o caminho para verificarmos se as críticas feitas ao utilitarismo por Nietzsche nos podem ser eficazes para entendermos esse fenômeno surgido no século XX e os tipos de subjetividade que emergem daí.

1 O PROJETO MORAL DO UTILITARISMO

À primeira vista, Nietzsche parece de certo modo se aproximar do utilitarismo. O projeto nietzschiano de imprimir caráter científico às investigações morais vai ao encontro das intenções utilitaristas, já que ambos buscavam romper com a metafísica. Tanto Nietzsche quanto os utilitaristas – como Stuart Mill e Bentham, por exemplo – tentam modificar a forma de analisar os problemas relativos à conduta humana e “aplicar nesse domínio os mesmos métodos empregados nas ciências da natureza” (Marton, 1990, p. 129). Tal aparente proximidade não passa de modo algum despercebido por Nietzsche, já que

² O presente artigo foi redigido sob orientação do Professor Doutor Ernani Pinheiro Chaves.

³ Curso ministrado no Collège de France de janeiro a abril de 1979.



logo no início da primeira seção da primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, ele os menciona: “Esses psicólogos ingleses, aos quais até agora devemos as únicas tentativas de reconstituir a gênese da moral [...] *eles são interessantes*” (GM/GM I, 1)⁴. Faria parte dos interesses dos psicólogos ingleses “procurar o elemento operante, normativo, decisivo, justamente ali onde o nosso orgulho intelectual menos *desejaria* encontrá-lo” (GM/GM I, 1) e ainda que Nietzsche desconfie que eles fazem isso impelidos por um “segredo, pérfido, vulgar, a si mesmo talvez inconfesso instinto de apequenamento do homem” (GM/GM I, 1) – suposição que parece se confirmar para o filósofo alemão quando olhamos o quadro geral de sua crítica ao utilitarismo – Nietzsche manifesta o anseio de que eles de fato tenham chegado “ao ponto de sacrificar qualquer desejo à verdade, a *toda* verdade”.

De fato, como pontua Oscar Augusto Rocha Santos (2019, p. 34), Nietzsche recorre “às ciências como modo de cultivar uma disciplina de investigação jamais exigida pela filosofia metafísica”, de modo a surgir em suas investigações “certo naturalismo filosófico, o qual envolve muito mais a metodologia, mas também, em alguma medida, os resultados das ciências de sua época, sobretudo da biologia”. Porém, enquanto os teóricos utilitaristas se utilizam de meios parecidos para sustentarem a ideia de um altruísmo na agência do ser humano – ainda que concebido de forma bem diferente entre eles - Nietzsche o faz com o intuito de criticar essa ideia, o que vai de encontro a uma das maiores máximas do utilitarismo, a sua regra de ouro: “To do as one would be done by, and to love one’s neighbor as oneself, constitute the ideal perfection of utilitarian morality”⁵ (Mill *apud* Anomaly, 2005, p. 2).

Santos (2019, p. 73) nos mostra ainda que, sobretudo, no período da redação de *Humano, Demasiado Humano*, há algumas concordâncias entre os aspectos teóricos trazidos por Nietzsche e aqueles defendidos pelos utilitaristas, em especial ao afirmar: “O conhecimento só pode admitir como motivos o prazer e o desprazer, o proveitoso e o nocivo”, tendo o filósofo de Röcken o cuidado, porém, de alertar que esses motivos não podem ser confundidos com a verdade, pois “eles também se ligam a erros (na medida em que [...] a inclinação e a aversão, e suas injustas mediações, determinam essencialmente

⁴ *Zur Genealogie der Moral (Genealogia da moral)*. As citações de Nietzsche seguem a convenção bibliográfica dos *Nietzsche-Studien*.

⁵ “Fazer aos outros aquilo que se faria a si mesmo, e amar aos outros como a si mesmo constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista”.



nosso prazer e desprazer)” (MA I/HH I, 34)⁶. Além disso, é necessário deixar claro que o que Nietzsche entende por utilidade é “seu caráter de *adequação a fins*, ou seja, tudo o que é considerado útil é útil para algo ou pertinente à consecução de alguma finalidade ou objetivo” (Santos, 2019, p. 73). Logo, diferindo dos utilitaristas, para o filósofo alemão, “não há a possibilidade de se falar em utilidade como um fim em si mesmo [...] visando a atender certa pretensão universalizante desde um ponto de vista axiológico” (Santos, 2019, p. 73).

Não se pode, portanto, tomar a utilidade como uma máxima ou um imperativo moral, assim, a definição utilitarista do que seria útil não é outra coisa além de “uma dentre várias possíveis, de modo que a promoção do prazer ou da felicidade para o maior número deva ser entendida apenas como uma finalidade convencionalmente determinada” (Santos, 2019, p. 73) para um tipo de vida específica. Isto, é necessário ressaltar, não implica que Nietzsche subestime a importância da utilidade, defendendo que apenas quando os atos dos homens “não dizem respeito ao bem-estar momentâneo, mas àquele duradouro, ou seja, quando o homem busca a *utilidade*, a *adequação a um fim*: então surge pela primeira vez o domínio da razão” (MA I/HH I, 94). Ou seja, a utilidade tem um papel primordial na constituição humana tal como a conhecemos hoje, não obstante, ela não pode ser considerada um fim em si mesma.

Uma das principais críticas nietzschianas ao utilitarismo diz respeito ao fato de que essa doutrina se arroga o direito de impor uma visão do ser humano e a partir disso presumir conhecer aquilo que é útil ou prejudicial à humanidade, o que incorreria, segundo Marton (1990, p. 132) no “‘defeito hereditário dos filósofos’ que tomam a mais recente configuração do homem por verdade eterna”. Tal crítica se manifesta, por exemplo, em *Humano, Demasiado Humano*, onde Nietzsche trata da questão da utilidade da investigação psicológica, se ela seria útil ou prejudicial aos homens; o posicionamento nietzschiano é o de que essa questão não pode se sobrepor à necessidade da investigação psicológica, visto que a ciência precisa dela (MA I/HH I, 38). Ainda que a ciência não possua em si um fim último, algo para o qual ela seria *útil* – pelo menos não uma finalidade que não tenha sido convencionalmente determinada –, ela não pode ser abandonada apenas por não coincidir com o aquilo que seria bom para determinada concepção de homem. Ainda que ela não seja útil para determinados *tipos de vida*, ela pode ser para outros. Assim,

⁶ *Menschliches allzumenschliches* (vol. 1) (*Humano, demasiado humano* (vol. 1)).



torna-se flagrante o perigo ao qual o utilitarismo se expõe ao tentar definir aquilo que é útil ou nocivo aos seres humanos em geral, desconsiderando suas particularidades. A utilidade para Nietzsche se define como *adequação a fins*, todavia, esses fins não possuem caráter geral, visto que os fins alcançados se relacionam com o tipo de vida dos sujeitos particulares.

Retomamos o aforismo 34 de *Humano, Demasiado Humano*, onde Nietzsche afirma que “O conhecimento só pode admitir como motivos o prazer e o desprazer, o proveitoso e o nocivo”. Isso indicaria, segundo Santos (2019, p. 77), que esses são “os únicos operadores conceituais aos quais se deve recorrer em qualquer tentativa de descrição da agência humana”; implicando que há em Nietzsche o reconhecimento do cálculo de utilidade na ação humana, visto que o ser humano guia sua existência através da valoração do mundo ao seu redor, no entanto, tal cálculo de utilidade não pressupõe o conhecimento daquilo que realmente é bom ou nocivo para o sujeito em particular ou ser humano em geral, pois “todas as avaliações são precipitadas e têm que sê-lo” (MA I/HH I, 32). Assim sendo, sempre iremos conhecer as coisas apenas de modo parcial, a partir do nosso ponto de vista limitado.

A inexatidão dos juízos a respeito do que seria bom para os homens está relacionada com o fato de que o material a ser avaliado se apresenta muito incompleto. A forma de avaliação desse material acaba sendo parcial e cada componente deste, que se apresenta para análise, também resulta de um conhecimento inexato (MA I/HH I, 32). A conclusão disso é que aquilo que é útil só pode ser visto dessa forma apenas de um ponto de vista individual e, ainda assim, de forma precipitada e enganosa.

Stuart Mill não ignoraria que “frequentemente o indivíduo corre risco de equivocarse quanto ao que acredita trazer felicidade. Se [...] a experiência pessoal é pobre, a coletiva revela-se bastante rica” (Marton, 1990, p. 136). A experiência coletiva seria traduzida aos indivíduos na forma de leis, que embora passíveis de melhoria, “exprimem as próprias condições de existência da sociedade e da felicidade de seus membros” (MARTON, 1990, p. 136). Nietzsche não deixaria de criticar a pretensão universalizante de tal posicionamento:

o que se denomina ‘útil’ é totalmente dependente da *intenção*, do para quê? a intenção é, por sua vez, totalmente dependente do grau de *potência*. Por



essa razão, o utilitarismo não constitui nenhuma base; é apenas uma doutrina das *consequências* e não pode acarretar um *caráter de obrigação para todos* (XII, (51) 9 (71) *apud* Marton, 1990, p. 136).

Nietzsche traz aqui a necessidade de pensarmos em quem está por trás das intenções. Toda normalização universalizante que pretende nortear as ações humanas surge de um tipo de vida específico, ou de um certo *grau de potência*, o que quer dizer que mesmo que o julgamento da comunidade sobre o que é bom ou contribui para a felicidade esteja correto, a sua correção seria apenas em relação àqueles sujeitos em determinados contextos, não se podendo inferir que valeria para todos os casos. Portanto, ao não levar em consideração as várias perspectivas avaliadoras, “eles (os utilitaristas) pretendem estabelecer um critério de avaliação que se aplique a todas as ações” (Marton, 1990, p. 137) a partir de casos particulares. Além disso, como foi dito no referido aforismo 32 de *Humano, Demasiado Humano*, “todas as avaliações são precipitadas e têm que sê-lo” e mesmo as avaliações de uma coletividade humana seriam constituídas por experiências incompletas de sujeitos particulares. Para Nietzsche, todas as avaliações sobre atos devem levar em consideração “as condições e circunstâncias em que foram realizados” (Marton, 1990, p. 137), ou seja, os valores que orientaram a ação; e mesmo tais valores são passíveis de transformação, o que implica que aquilo que hoje é visto como bom por uma comunidade, em outro momento pode ser interpretado como nocivo.

O utilitarismo estabelece como princípio “a maior felicidade para o maior número”, que poderá ser alcançada através de ações úteis que colaborem para essa felicidade. Para ele “a felicidade geral deve constituir o objetivo essencial das ações individuais” (Marton, 1990, p. 130). Para compreendermos a crítica de Nietzsche a esse ponto, é necessário levarmos em consideração as formas de moralidade que o filósofo traz na primeira dissertação da *Genealogia da Moral*: a moral dos senhores e a moral dos escravos. Não iremos aqui nos aprofundar nesse tema específico. Sua importância para nós está em nos mostrar que, para Nietzsche, há um perspectivismo moral⁷ e que aquilo que é considerado bom ou útil é totalmente dependente da perspectiva daquele que faz o julgamento. Nas palavras de Nietzsche, podemos perceber como aquilo que é considerado bom ou útil varia de

⁷ Nietzsche nos diz, em *Além do Bem e do Mal* (108): “Não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos...”.



acordo com a perspectiva moral: “a palavra ‘bom’ *não* é ligada necessariamente a ações ‘não egoístas’ [...] É somente com um *declínio* dos juízos de valor aristocráticos que essa oposição ‘egoísta’ e ‘não egoísta’ se impõe mais e mais à consciência humana” (GM/GM I 2).

A partir do exposto acima, pode-se perceber que Nietzsche critica, no utilitarismo, principalmente os seguintes pontos: o estabelecimento da utilidade como um fim em si mesmo, a posição de que os indivíduos ou a sociedade conseguiriam diferenciar aquilo que lhes é útil daquilo que lhes é prejudicial e a pretensão de conhecer o homem em geral – ignorando assim as várias subjetividades que diferenciam as pessoas – e o que seria a sua felicidade. Nietzsche se preocupa com o quadro de uma moralidade generalizante em que se deixa de levar em consideração a particularidade dos indivíduos e das ações, sob a justificativa de que cada sujeito deveria ser levado a agir da mesma maneira para garantir sua felicidade.

2 O UTILITARISMO E O NEOLIBERALISMO

Para compreendermos o impacto que o utilitarismo possui até hoje sobre a vida prática, nos utilizaremos das reflexões de Foucault sobre o neoliberalismo. Não há, propriamente falando, um livro de Foucault sobre o neoliberalismo. Suas reflexões sobre o tema aparecem em vários momentos, em cursos e entrevistas. No entanto, a questão do neoliberalismo será muito cara ao filósofo por se relacionar com a sua preocupação com os mecanismos do poder moderno, e encontrarão enorme destaque no seu curso *Nascimento da Biopolítica*. Para Foucault, o neoliberalismo não será apenas mais uma fase do capitalismo, mas sim uma arte de governar que emerge “de um certo modo de governo dos homens e da produção de sujeitos” e, em um contexto maior, “de uma das fases da invenção do sujeito moderno enquanto homem econômico” (Laval, 2020, p. 40). Ou seja, para além do capitalismo, o neoliberalismo está relacionado com uma nova forma de compreender o homem enquanto um *homo economicus*, herdada do liberalismo.

O liberalismo surge como objeto para Foucault por fazer parte de sua preocupação em repensar o poder não mais como “um centro unificado de onde se difundiriam comandos e viriam sanções, mas como certa maneira historicamente marcada de conduzir



os indivíduos em uma dada sociedade” (Laval, 2020, p. 41). Isso significaria abandonar as análises que identificam o Estado como seu centro e partir para outra análise, que considera as práticas e relações cotidianas não reduzidas a uma dominação centralizada. Foucault está preocupado em saber como certos modos de conduzir os homens são possíveis e, para isso, a racionalidade liberal é incontornável, dado que lhe “somos contemporâneos” e lhe “estamos de fato implicados” (Foucault, 2008, p. 139).

O liberalismo, enquanto objeto de análise, possui um valor peculiar: “permite esclarecer o movimento geral do poder no Ocidente como ‘ação à distância’” (Laval, 2020, p. 42). Isso porque o liberalismo se relaciona diretamente com um jogo envolvendo liberdade individual e as condições e limites impostos pelo meio que circundam essa liberdade; ou seja, este indivíduo se encontra em um meio, até certo ponto adaptável e, neste meio, ele é livre, *desde que* sua liberdade não ultrapasse os limites impostos pelo meio. A condução das condutas dentro do liberalismo se dá pelo “interesse livremente perseguido no quadro de uma sociedade de trocas” (Laval, 2020, p. 42). O sujeito liberal é, essencialmente, um utilitarista: é aquele que age “por interesse e cálculo e a quem o poder deve incitar mais do que constranger” (Laval, 2020, p. 42).

Ainda assim, este sujeito interesseiro e calculista também está preocupado com o perfeito funcionamento da sociedade liberal, já que essa é a condição para que ele possa perseguir livremente seus interesses. Desse modo, o governo político liberal é *tranquilo e modesto*, “uma vez que pode confiar na capacidade dos indivíduos de perseguir seus interesses em suas condutas e trocas” (Laval, 2020, p. 42), pois a sociedade liberal faz parte dos interesses do indivíduo liberal. Dentro deste quadro, a governamentalidade vigente atua de forma sutil manipulando os interesses, conduzindo as condutas. Aqui, o mercado e o Estado deixam de ser domínios exteriores ao outro e a lógica de concorrência do mercado passa a ser interiorizada pelo Estado. Para isso, o Estado deve ter como sua prioridade – e fonte de sua legitimação – o perfeito funcionamento econômico da sociedade, garantindo a concorrência máxima entre os indivíduos e exigindo de si mesmo essa postura concorrencial.

O ponto de partida das investigações de Foucault é o suposto paradoxo que há entre um governo liberal, cujo princípio é o exercício mínimo, e “uma política que estende suas tecnologias à população, aos espaços de vida, a múltiplas atividades e domínios da



existência”, ou seja, uma biopolítica (Laval, 2020, p. 49). A gestão da população se torna característica central da política moderna, aliada a uma governamentalidade neoliberal que atua manipulando os interesses pela própria organização da liberdade econômica do mercado e pelo jogo de preços, o que caracteriza a ação à distância desse governo, porquanto atuando sobre o meio em que os indivíduos vivem, não precisa interferir diretamente na vida desses sujeitos. Se faz o que quer com as possibilidades que se tem, todavia, essas possibilidades não são simplesmente dadas, mas pensadas por uma racionalidade econômica que *faz viver e deixa morrer*.

Aí vemos a influência utilitarista na racionalidade liberal, cuja lógica é “controlar as políticas e as leis por intermédio de seus efeitos mensuráveis sobre o bem-estar dos governados” (Laval, 2020, p. 51). O utilitarismo atuará através de balanços e cálculos sobre os efeitos do governo. Para limitar a intervenção do governo, a racionalidade liberal age sobre os interesses dos indivíduos, apoiando-se sobre o saber econômico. Isso se relaciona com o fato de que a questão colocada para o governo do Estado não é mais “a de exercer soberania sobre um território, mas a de conduzir uma população e regular uma sociedade” (Laval, 2020, p. 51), de modo que a racionalidade liberal não visa governar o mínimo possível, mas sim garantir que “os indivíduos sejam incitados a agir por interesse pessoal em conformidade com o ‘interesse geral’ da sociedade” (Laval, 2020, p. 51).

O liberalismo atua de forma que as leis sejam prolongadas ou substituídas por *incitações* produzidas sobre o interesse dos governados através de ações governamentais. Todo o direito público é orientado pela economia política, e a utilidade torna-se o norte pelo qual as ações públicas devem se orientar, bem como os interesses se tornam o meio que o governo atua. A liberdade dos sujeitos também entra nesse jogo liberal sobre os interesses, dado que eles devem ser simultaneamente controlados e encorajados a agir, através do que Foucault batiza de “jogo liberdade e segurança”, no qual é determinado até que ponto “o interesse individual, os diferentes interesses [...] não constituíram um perigo para o interesse de todos” (Foucault, 2008, p. 89).

A liberdade deixa de ser concebida como algo que existe por si mesma e passa a ser o produto de uma intervenção política. O governo liberal produz liberdade, assegurando-a e vigiando-a, pois ela é fundamental para o funcionamento do mercado e a concorrência. Contudo, ele não atua apenas produzindo liberdade, mas também consumindo-a,



constrangendo, vigiando e controlando os indivíduos, limitando a liberdade, que passa a ser gerenciada como qualquer outro recurso. Em consequência disso, chega-se à conclusão de que para manter um governo mínimo, é necessário muito governo (Laval, 2020, p. 52), o que poderia ser visto como uma crise do liberalismo, mas que acaba se revelando como parte de sua natureza.

O controle que o governo liberal mantém sobre as esferas que condicionam a vida das pessoas não é de nenhuma forma estranho ou paradoxal ao liberalismo, sendo-lhe complementar, já que ele “condiciona o funcionamento do mercado ao mesmo tempo que entra em tensão com a livre concorrência dos interesses individuais” (Laval, 2020, p. 53), acirrando a concorrência. O liberalismo atua articulando um sistema de poder sob a forma de um Estado – cuja função é garantir o funcionamento otimizado do mercado – e “um sistema de interdependência e interação entre interesses individuais” (Laval, 2020, p. 53). Essa articulação criará o domínio próprio da arte de governar liberal: a sociedade civil, no qual o próprio direito é indexado à economia (Foucault, 2008, p. 408).

Segundo Laval (2020, p. 54), “não há economia capitalista sem o governo de uma sociedade”, considerando que o governo capitalista atua justamente de modo a fazer com que a sociedade mantenha a economia operante, ainda que a economia ameace o laço social. Aqui vemos a faceta utilitarista da arte de governar liberal, que escolhe pela manutenção da economia em detrimento do laço social. Ainda assim, porém, atua de modo pontual para que a sociedade civil continue sustentando o mercado. A economia capitalista se mantém funcionando através de “dispositivos de segurança e processos de normalização em todos os níveis da sociedade e em todas as esferas da existência”, ou seja, através de muito governo (Laval, 2020, p. 54).

Dentro do quadro liberal, a liberdade deve ser entendida de duas maneiras que se entrecruzam: “uma mentira ideológica e uma técnica de governo dos homens” (Laval, 2020, p. 54), pois, como afirmado acima, a liberdade dentro do liberalismo é algo que se produz e se consome, e essa economia da liberdade depende de toda uma sorte de controles para funcionar, de modo que “o liberalismo, enquanto representação de uma sociedade fundada sobre a liberdade contratual, é, assim, tratada como uma ‘bela mentira’” (Laval, 2020, p. 55). No entanto, os dispositivos de controle não servem apenas para garantir uma ordem social e permitir que os indivíduos atuem como queiram dentro de determinados

limites, mas também funcionam de modo a maximizar a produção de riquezas através de uma condução das condutas, não de modo externo, mas se inserindo no cerne dos processos reais das ações de coletividades humanas, influenciando as ações mais do que as proibindo. A liberdade, portanto, mais do que uma simples mentira que mascara dispositivos de segurança e controle, é também uma tecnologia de poder e de governo dos homens.

O neoliberalismo marca sua diferença de outras formas de governo ao abandonar o método de limitação das condutas e agir através do incentivo a elas. Ele produz liberdade de modo a maximizar as ações das populações e assim gerar mais riquezas, de modo que o Estado possa minimizar suas próprias ações. O neoliberalismo, portanto, segue a cartilha utilitarista de maximizar os efeitos produzidos através dos mínimos recursos possíveis, portanto, o governo liberal age através do cálculo de utilidade. Essa forma de economia política é justamente voltada para “o homem econômico que se governa pelo cálculo de utilidade”, sem deixar de levar em consideração que o tipo ideal de homem utilitarista é também “um homem disciplinado’, adestrado e em conformidade com um sistema de normas” (Laval, p. 58), um homem cujas ações podem ser conduzidas.

O neoliberalismo se caracteriza por essa ação sutil que age de forma individual e coletiva, através de mecanismos que regulam as trocas e os interesses no mercado. Este manejo dos homens pelo interesse é “a tecnologia propriamente utilitarista do governo” (Laval, p. 58). Levando em consideração que a liberdade dentro do neoliberalismo é produzida, a arte de governar neoliberal busca garantir através de incitações que os indivíduos persigam seus interesses e produzam o máximo de riquezas possíveis para si mesmos e para a comunidade, garantindo a felicidade e o bem-estar da sociedade civil, evitando ao máximo que a liberdade seja mais consumida do que produzida, tendo vista que ela garante que os indivíduos possam atuar dentro da sociedade. Não se busca aqui colocar o Estado como o responsável pela busca da felicidade dos homens, mas “levá-los tanto quanto possível a produzir a felicidade de que são capazes” (Laval, 2020, p. 59), ou seja, alcançar o maior resultado através do mínimo esforço estatal, confiando na capacidade dos indivíduos de calcular a melhor forma de alcançar seus interesses.

A partir desta tecnologia utilitarista de governo, a prática neoliberal é vista como “uma arte da produção de liberdade e da limitação da ação governamental” (Laval, 2020,

p. 59), que passa a se exercer mais pela utilidade do que pelo direito, o que significa que as ações do governo se restringirão àquelas que sejam úteis para manter o funcionamento do mercado e garantir que os indivíduos possam continuar perseguindo seus interesses dentro do quadro capitalista. Na busca de atingir esse objetivo, o governo colocará em si mesmo certas limitações, de modo a atingi-lo com o menor esforço possível, e cada ação do governo deve ser calculada a partir do princípio da utilidade. Tal princípio impede que o governo aja diretamente sobre os indivíduos a não ser que seja absolutamente necessário, pois esta ação não produz muitos resultados. Ao invés disso, ele opta por exercer “técnicas jurídicas e não jurídicas de incitação que induzem, no sujeito calculador, dados e parâmetros que o levam a agir da maneira esperada” (Laval, 2020, p. 59).

A ação neoliberal se dá no meio em que os indivíduos vivem, de modo a influenciar os cálculos que cada um faz para atingir seus objetivos. A governamentalidade neoliberal cria um ambiente seguro e previsível, onde pode agir pontualmente para orientar as condutas, regulando os elementos e acontecimentos possíveis. Assim, a segurança consistiria “no modo de conformar um espaço, de dispor as coisas, de apresentar à sensibilidade e à inteligência objetos atraentes e benéficos” (Laval, 2020, p. 60), já que o indivíduo é guiado pelo interesse naquilo que lhe está disponível de forma legítima. Para Foucault (2008, p. 60), a questão da utilidade das ações e das pessoas será o grande guia da questão política a partir do século XIX, de modo a orientar até mesmo o direito.

O utilitarismo, principalmente na vertente de Bentham – que seria o “grande tecnólogo da sociedade liberal” (Laval, 2020, p. 105) – está também na origem da ação à distância pela manipulação do meio. O neoliberalismo demarcará sua diferença do liberalismo através da negação da naturalidade do mercado e do puro *laissez-fairismo*, aplicado à tecnologia utilitarista para conduzir as condutas e garantir o funcionamento do mercado. Bentham conseguiu entrever o poder como uma série de lógicas finas, sutis e localizadas. Na visão benthaniana, o poder é “imaneente a toda relação humana” (Laval, 2020, p. 105), e, portanto, seria possível organizá-lo de várias formas. Esse sujeito calculador, que será o próprio sujeito do neoliberalismo, orienta suas ações através do cálculo das probabilidades de recompensa e punições para as suas ações, e o poder agiria sobre essas probabilidades, conduzindo a conduta desse sujeito, ou seja, através de uma ação à distância. O modelo de governo de Bentham – que é ilustrado na figura do panóptico

– é voltado para “uma extrema racionalização de uma ação de controle sobre os sujeitos (Laval, 2020, p. 106). Bentham (1987, p. 200 *apud* Laval, 2020, p. 106) tinha como objetivo este instrumento que permitiria dispor de tudo aquilo que rodeia os homens, de modo a produzir sobre eles impressões desejadas, possibilitando ao governo se assegurar de suas ações e de todas as circunstâncias de sua vida, de forma que nada pudesse contrariar ou escapar aos efeitos desejados.

Nas palavras dele, “Tratava-se de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em um grau nunca antes demonstrado; e em um grau igualmente incomparável, para quem assim o desejar, de garantia contra o exagero” (Bentham, 2008, P. 17). O projeto benthaniano explicita o modo de proceder utilitarista e serve perfeitamente aos fins do neoliberalismo de governar muito com recursos sutis e versáteis, dado que, segundo Bentham, seu plano é aplicável

a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas (Bentham, 2008, p. 19).

Segundo ele, não importava os quão diferentes ou até mesmo opostos fossem os propósitos, posto que seu projeto poderia ser perfeitamente aplicado tanto

aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas (Bentham, 2008, p. 20).

A partir de Bentham, Foucault buscará mostrar que “a era burguesa não buscava tanto reprimir os desejos quanto fazê-los servir a um objetivo social de natureza produtiva” (Laval, 2020, p. 107), tendo como meta de conduta regular para produzir mais e garantir que cada cidadão se sinta responsável pelo sucesso dessa produção. Aqui, vemos uma dimensão coletiva muito interessante do neoliberalismo, que nos mostrará como ele consegue controlar um número máximo de pessoas através de um número mínimo de ações: cada um é colocado sob o campo de visão dos outros, independentemente de qual seja sua função dentro da sociedade civil, retirando do governo a primazia sobre a vigilância



e colocando sobre cada um o dever de ver e ser visto o tempo todo. Há uma “democratização do exercício do poder [...] por um panoptismo generalizado” (Laval, 2020, p. 107), onde as condutas são determinadas pela ação de cada um sobre todos e de todos sobre cada um, de modo que a própria sociedade controle as condutas desviantes e impeça atividades que contrariem o interesse geral, em síntese, o de produzir e consumir liberdade, de modo que “em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição” (Bentham, 2008, p. 20).

Tem-se assim um arranjo em que a liberdade individual depende da vigilância sobre os outros, poupando o governo de exercer essa função dominadora e repressiva, já que os próprios indivíduos a realizam de bom grado, para salvaguardar seus interesses. Assim, todos os indivíduos se encontram sob “a vigilância de um poder anônimo a fim de programar suas ações na direção dos objetivos benéficos para todos” (Laval, 2020, p. 108). A forma ideal deste poder que os indivíduos exercem sobre os outros é quando eles passam a exercer sobre si mesmos, isto é, passam a exercer “autocontrole, [...] autovigilância pelo cálculo exato de seus interesses” (Laval, 2020, p. 108), quando a moral da vigilância sobre os outros “penetra no próprio espírito dos indivíduos calculadores” (Laval, 2020, p. 108) e todas as suas ações passam a ser incansavelmente vigiadas. Bentham seria então o tecnólogo dessa forma de governo que age estruturando o campo de ação dos indivíduos, dando-lhes “um interesse artificial a obedecer” (Bentham, 1829-1830, p. 228 *apud* Laval, 2020, p. 109).

3 A ANIMALIZAÇÃO EM REBANHO

Como podemos verificar a partir das análises de Foucault e Laval, o indivíduo proposto pelo neoliberalismo continua sendo um sujeito utilitarista “que determina se algo é útil ou inútil, proveitoso ou nocivo” conforme “a adequação ao seu interesse em experienciar sensações de prazer ou desprazer” (Santos, 2019, p. 77). Porém, neste caso, a governamentalidade neoliberal controla os objetos que se apresentam a esses sujeitos, determinando o grau de prazer e desprazer que eles sentirão. Um dos pontos mais interessantes da filosofia nietzschiana a esse respeito se relaciona com a coesão social da



comunidade, mais especificamente, no nosso caso, da sociedade neoliberal, cuja moral é utilitarista. Como foi dito na primeira parte deste artigo, Nietzsche se aproxima de certa forma da visão utilitarista ao afirmar que “O conhecimento só pode admitir como motivos o prazer e o desprazer, o proveitoso e o nocivo” (MA I/HHI, 34), ou seja, que a finalidade de qualquer ação feita pelos sujeitos é a de se aproximar de algum prazer ou se afastar de algum desprazer. Pensando isso dentro do quadro da sociedade neoliberal, onde a concorrência é incentivada pelo Estado e os indivíduos estão sempre em competição uns com os outros, como é possível, do ponto de vista defendido por Nietzsche, que haja qualquer forma de coesão social em um ambiente como esse?

Ora, o prazer é alcançado pelo sujeito neoliberal ao atingir o objetivo para o qual havia calculado suas ações, ainda que muitas vezes, ao alcançar tais objetivos, frustre as possibilidades de outros alcançarem. Não obstante, a sociedade neoliberal se funda sobre esse número infinito de possibilidades que podem ser alcançadas, o que faz com que seja do interesse de cada um preservá-la. Dentro desse mundo, onde todos, a princípio, têm as mesmas possibilidades de realizarem seus objetivos, ocorre que haja “*manifestações de prazer semelhantes*”, despertando a “fantasia de empatia, o sentimento de ser igual”, o que construirá “a mais antiga aliança: cujo sentido é defender-se e eliminar conjuntamente um desprazer ameaçador, em proveito de cada indivíduo” (MA I/HH I, 98). Isso nos ajuda a compreender como é possível o panoptismo generalizado na sociedade neoliberal, onde se forma uma aliança para vigiar cada concidadão e garantir que nenhum deles tornará a livre concorrência impraticável.

A necessidade da concorrência dentro do neoliberalismo poderia ser vista, a partir de Nietzsche, como o desdobramento da consciência de que cada um “só sobrevive caso se incorpore a um grupo” (KSA 8, 19[115] *apud* Santos, 2019, p. 93)⁸. Portanto, naturalmente, há essa comunidade de vigilância: para que uma sociedade civil – campo de atuação da arte de governar liberal e neoliberal – se estabeleça é necessário a coerção “para que alguém se interesse por outro ser [...] ou do medo e da compreensão que o acompanha de que temos que atuar juntos para não percermos individualmente” (KSA 8, 23[32] *apud* SANTOS, 2019, p. 93), ainda que tal coerção no neoliberalismo seja sutil o suficiente na maioria dos

⁸ Santos refere-se à *Sämtliche Werke*. Kritische Studienausgabe in 15 Bänden. Herausgegeben von Colli und Montinari



casos, para que não seja percebida. Tal controle sobre a vida do outro se justificará como o “direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la” (Foucault, 1988, p. 128).

Como vimos acima, o utilitarismo atua como o núcleo moral das sociedades liberais – incluindo a emergente sociedade neoliberal, onde todas as ações, seja dos governantes, seja dos indivíduos comuns, devem levar em consideração a utilidade que elas têm para si, portanto, a sociedade neoliberal busca incentivar ações e agir buscando a conservação da comunidade e o bem-estar geral. O tipo de pessoa criado dentro do neoliberalismo não é propriamente visto como um indivíduo, “mas como membro de um todo, como cifra de uma maioria”, que acredita que “‘a comunidade vale mais que o indivíduo’ e ‘a vantagem duradoura é preferível à passageira’” (WS/AS 89)⁹, porque o sujeito neoliberal precisa de estabilidade para calcular suas ações. A partir de Foucault, percebemos que “guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (Foucault, 1988, p. 129).

Como vimos nas análises de Foucault e Laval sobre o neoliberalismo, este não se caracteriza simplesmente como um espaço de liberdades irrestritas, mas cria as condições para o estabelecimento de uma sociedade, que precisa de muito controle e vigilância para garantir o perfeito funcionamento do mercado. O neoliberalismo age à distância, conduzindo as condutas e atuando sobre o ambiente em que os indivíduos estão inseridos para criar neles a noção de que “o interesse comum é prioritário em relação ao interesse privado” (Santos, 2019, p. 96). É interessante levarmos em consideração, apesar disso, que os indivíduos não são simplesmente coagidos a deixar seus interesses mais pessoais e passageiros em segundo plano, mas são convencidos através do seu próprio cálculo de utilidade de que é melhor garantir a primazia de certos interesses que são de todos do que tentar impor os seus em uma situação em que fatalmente falhará em atingir suas metas.

Esse sujeito utilitarista, o indivíduo do neoliberalismo, está interessado, sobretudo, em sua conservação e na conservação das vantagens que ele possui. Isso faz com que seu cálculo de utilidade seja impessoal, se conduzindo objetivamente de modo a conservar seu

⁹ WS/AS - *Menschliches Allzumenschliches* (vol. 2): *Der Wanderer und sein Schatten* (Humano, demasiado humano (vol. 2): O andarilho e sua sombra).



estado ou, caso seja seguro, melhorá-lo, tentando se manter nessa situação de vantagem. Tal conduta preocupa Nietzsche com relação ao tipo de ser humano que surge dessa prática utilitarista. Nas palavras de Santos:

A exigência de impessoalidade como fundamento da ação moralmente valorizada expõe assim a incompatibilidade entre aquilo que é útil à comunidade e aquilo que é útil ao indivíduo que não se vê submetido à força coercitiva dos costumes (Santos, 2019, p. 97).

Nietzsche se preocupa com um tipo de ser humano que não consegue agir sem o apoio de uma comunidade estável e um horizonte claramente definido. Nem todas as questões e conflitos com que nos deparamos podem ser resolvidos segundo um estrito e rigoroso cálculo de utilidade que pode nos dizer o que devemos fazer com toda a impessoalidade possível; como o sujeito do neoliberalismo, o “homem disciplinado”, adestrado e em conformidade com um sistema de normas” (Laval, 2020, p. 58) agiria quando não pudesse se reportar a um sistema de normas? Nietzsche chamaria a sociedade neoliberal de uma comunidade de espíritos cativos, interessados em preservar um modo de governar que manipula suas ações e os leva a se vigiarem em troca da garantia de conservação, se voltando contra todos aqueles que desejam agir diferentemente, com outras bases que não a da estrita utilidade.

Dorian Astor, a partir de sua leitura de Nietzsche, dirá:

A democracia liberal se dispõe a proteger a vontade que toda potência tem de se conservar, de se manter, mas ao preço de uma amputação violenta da vontade que tem toda potência de se efetivar, se expandir, se liberar, o que faz sua própria essência (Astor, 2017, p. 23).

Como vimos em Foucault, nas vertentes liberais a liberdade é um bem que se produz e se consome, e assim mantém o controle sobre os eventos e o ambiente em que os indivíduos estão inseridos, de modo a conduzir suas condutas. O desejo de se conservar faz com que as pessoas renunciem às várias possibilidades de agir sobre o mundo e aceitem o ambiente extremamente racionalizado que a governamentalidade neoliberal produz. Frente a esse quadro, o qual já se apresentava para ele no liberalismo de sua época, mas que parece ter se acentuado no neoliberalismo, Nietzsche (Astor, 2017, p. 23) ultrapassará



a questão do liberalismo, “como então nos mantermos?” e enfatizará a preocupação com “o que nos tornaremos?”. Tal mudança de perspectiva nos indica chave para pensarmos em sair do horizonte fechado orientado pelo mercado.

De acordo com a concepção nietzschiana, essa vontade de verdade¹⁰, enformada pela compreensão calculista do mundo, remete-se a uma compreensão moral utilitarista do mundo. Como pontua Müller-Lauter (2009, p. 183), a perspectiva de Nietzsche ultrapassa a concepção de verdade objetivamente dada e identifica a verdade como algo a ser criado, fruto de uma vontade de predomínio, ou melhor, vontade de potência. A vontade de potência é o que nos permite desembaraçar da concepção objetiva de ser humano e abandonar as verdades morais universais. Não, contudo, para deixar o lugar vazio, para erigir uma “vontade peculiar, ou seja, perspectivista” (Müller-Lauter, 2009, p. 183). Essa maneira de se relacionar com a verdade a partir da vontade de potência nos diz que “A fim de conservar e intensificar a potência, não lhe é permitido deter-se numa perspectiva já obtida” (Müller-Lauter, 2009, p. 184). Essa atitude, indicada por Nietzsche, é totalmente completamente incompatível com a *práxis* utilitarista da ação calculada em um espaço previsível.

Retomando sua crítica à sociedade moderna, que parece ter se acentuado no neoliberalismo, Nietzsche a acusa de minar a vontade de potência, de nivelar os homens por uma moralidade supostamente objetiva, de tornar os homens pequenos, covardes e ávidos de prazer, ou seja, Nietzsche está criticando o sujeito utilitarista que essa sociedade produz, acusando-a de “*animalização em rebanho*” (GD/CI, Incursões de um extemporâneo 38)¹¹. Quando o neoliberalismo adota o utilitarismo como sua doutrina de racionalidade governamental, o que se produz são homens que vivem sob uma moral de rebanho, que vigiam uns aos outros por temerem perder o conforto que possuem. O utilitarismo dentro do neoliberalismo atua como essa régua moral que orienta as ações, através de um cálculo impessoal que considera as vantagens e desvantagens das ações; levando em consideração que a arte de governar neoliberal atua justamente influenciando esse quadro de decisões a serem tomadas. O que temos é uma perpetuação da liberdade que o peixe possui dentro

¹⁰ Sobre a questão da vontade de verdade e sua relação com o niilismo, confira: Müller-Lauter, Wolfgang. *Nietzsche: sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, sobretudo o capítulo “Vontade de Verdade e Vontade de Potência”.

¹¹ GD/CI - *Götzen-Dämmerung* (Crepúsculo dos ídolos).

do aquário, onde toda novidade é vista com maus olhos, já que “somente os *novos grilhões* o fazem sofrer” (WS/AS, 10).

CONCLUSÃO

Dos seus encontros e desencontros com o utilitarismo, trouxemos aqui a proximidade na busca por uma análise mais naturalista e menos metafísica da moral que Nietzsche tem dele. Todavia, os resultados dessas análises seguem por caminhos bem diferentes e Nietzsche critica duramente os utilitaristas por tentarem estabelecer a utilidade como um fim em si mesmo, por tentarem impor seu cálculo de utilidade como regra de conduta, através de um cálculo impessoal dos fatos apresentados e das ações a serem tomadas, e por suporem conhecer o ser humano e, por conseguinte, saber qual seria a melhor conduta para cada um deles. No entanto, quando entramos no neoliberalismo, tal como elaborado por Michel Foucault, onde o utilitarismo é tomado como a moral do sujeito neoliberal, nos deparamos com um ambiente em que as ambições utilitaristas mais ou menos se concretizaram graças a um controle extremo do meio e das possibilidades em que esses sujeitos vivem. Esse controle, porém, é muito sutil e, mesmo estando implicados nele, nós não o percebemos com clareza. Retomamos então as críticas de Nietzsche à moral de rebanho para pensarmos sobre que tipo de pessoas poderemos nos tornar e para onde estamos nos conduzindo se continuarmos nos apegando a agir sob um ambiente controlado, onde as nossas ações podem ser tomadas com segurança, sem que, contudo, elas representem todas as nossas possibilidades enquanto potências que tendem a se expandir.



REFERÊNCIAS

- ANOMALY, Jonny. Nietzsche's Critique of Utilitarianism. *Journal of Nietzsche Studies*, v. 29, 2005.
- ASTOR, Dorian. Nietzsche e o liberalismo. *Estudos Nietzsche*, vol. 8, n. 1, p. 9-25, 2017.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: Das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *Nietzsche: sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiado Humano II*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- SANTOS, Oscar Augusto Rocha. *Egoísmo e altruísmo nos primeiros diálogos de Nietzsche com a tradição utilitarista*. Belo Horizonte. 185 páginas. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG. 2019.

